



Em tom assertivo, o jornalista Leonardo Sakamoto abriu o evento Manifesto PUC Minas São Gabriel. Sakamoto é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Cobriu conflitos armados em diversos países e situações de desrespeito aos direitos humanos no Brasil. Professor de Jornalismo na PUC-SP, ele também é diretor da ONG Repórter Brasil.

O momento é de construir pontes

Em um programa de TV, você disse que a ética jornalística é um passarinho que voa pelas redações, faz ninhos em algumas mesas e em outras não pousa. Cinco anos depois, esta afirmação ainda é válida?

Algumas pessoas abraçam a ética e outras não. Muitas pessoas se dizem jornalistas e não agem como tal, não veem como atuar com os mesmos princípios éticos e cuidados para que o trabalho não cause desestabilização. Esse passarinho também voa para fora das redações. Pessoas que nunca sentaram num banco escolar conseguem ser mais éticas do que quem fez faculdade e conseguem desempenhar suas funções de forma brilhante. Para ser ético na profissão, não é necessário faculdade, não depende do lugar em que você trabalha, se é uma redação grande ou pequena, esquerda ou direita. Eu acho que a ultrapolarização, e toda a loucura de 2014 para cá, acabou por criar um ambiente tóxico. Existe uma dificuldade das pessoas, nesse momento, de fazer autocrítica, de jornalistas compreenderem o impacto das suas atividades.

No ambiente tóxico em que estamos, o fato das pessoas terem opinião é visto com certo preconceito e, ao mesmo tempo, quem não tem a opinião vigente é também visto com preconceito. Falando sobre a questão ética, acho que ela acaba sendo sobrevivente dentro desse mar de loucura que se tornou o debate público. Não é nem a ética jornalística, é a ética e ponto; a ética em si. Manter compromissos éticos diante da loucura é difícil.

O que o jornalista pode fazer para não reforçar o quadro de ultrapolarização?

Numa situação assim as pessoas não abandonam fácil suas posições. Para que elas façam isso, as lideranças políticas, sociais e econômicas do País deveriam abandonar suas posições de radicalidade e tentar estabelecer pontos de diálogo. Falo de radicalidade principalmente pelo fato de outras pessoas não serem ouvidas quando o debate público acontece. As pessoas não se ouvem. Pode-se ter opiniões, mas outra coisa é se fechar no seu polo e achar que a outra pessoa não

merece existir ou precisa ser destruída. O momento é de construir pontes. Precisamos de lideranças capazes de enxergar no outro um interlocutor.

Além das lideranças, qual é a posição ideal do público de notícias?

Para muitos leitores, não faz diferença se a informação é verdadeira ou falsa. O que faz diferença é se aquela informação tem alguma utilidade - no caso, uma utilidade na guerra digital. Tudo bem, vamos garantir que para cada notícia falsa tenhamos um chegador e que publique uma informação verdadeira acompanhando a notícia falsa. Vai dar certo? Não. Pelo mesmo motivo que não adiantou vários veículos de comunicação nacionais falarem sobre a história da matéria falsa do jornal aqui de Minas [em 2016 um jornal publicou uma entrevista pingue-pongue

supostamente dada por Sakamoto, dizendo que aposentados eram inúteis à sociedade]. As pessoas não se importam, não querem acreditar que o desmentido é real, querem acreditar no que querem acreditar. Elas não vão conferir informações no site da Lupa, mas vão olhar aquilo que querem enxergar. E o que acontece? Todo conteúdo será utilizado como instrumento de batalha. É difícil lutar com quem já está convencido previamente.

Quem são os culpados?

Em 2014, PT e PSDB fizeram da política nacional um ringue de luta no gel. Depois disso, em 2015, as coisas pioraram com todo o processo que levou ao impeachment, o que perdurou até 2016. Foi-se aumentando a identidade de determinados grupos e as pessoas foram se conectando a esses grupos. Virou um grande "Cruzeiro x Atlético" em que as pessoas acabam desumanizando o outro, vendo o outro como adversário. E o adversário não é alguém merecedor de respeito e carinho.

Há ferramentas que facilitam esse avanço de desinformação?

O Whatsapp já é um dos principais formadores de opinião no País, segundo pesquisas do Grupo de Po-

líticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai), coordenado pelo professor Pablo Ortellado. Boa parte da formação de opinião na internet se dá por familiares, por causa dos laços muitas vezes mais fortes que os laços estabelecidos entre um veículo de comunicação e uma pessoa que ainda é uma leitora periódica. Ali é a parte "invisível" das redes sociais que está no submundo. O Whatsapp é uma rede fechada, você não vê o que acontece. O conteúdo que não conseguimos enxergar já é tão importante quanto o que passa pelo Jornal Nacional, pela Folha ou pelo Estado de Minas para a formação da opinião brasileira. O problema é que a parte invisível não pode ser contestada. A mídia tradicional ao menos pode ser contestada, ela tem nome, sobrenome e endereço. Essa quantidade de chorume produzida online por sites, páginas, contas de redes sociais que são anônimas, não pode ser questionada judicialmente. É difícil acionar judicialmente páginas anônimas, ao mesmo tempo em que é fácil acionar qualquer jornalista.

O jornalismo de qualidade coloca problemas ao funcionamento das leis relativas a Direitos Humanos?

O jornalismo *mainstream* é amplo, não dá para dizer. Tem gente boa dentro das grandes redações discutindo direitos humanos e tem um pessoal que depõe contra e atua contra a efetivação dos direitos humanos por meio de suas matérias.

A direita liberal também se preocupa com direitos humanos, a centro-direita também. Da mesma forma que a efetivação dos DH não é monopólio de determinado grupo ideológico, a agressão aos direitos também não é. Isso não é ser 'isentão', mas relativizar. Não é algo como grupo bom versus grupo mal. Durante o governo Dilma, por exemplo, foi tocado um projeto-tragédia aos Direitos Humanos chamado Belo Monte. Não vou dizer que a extrema direita no Brasil é violadora de direitos humanos, o problema é que a gente vai ter que fazer uma gran-

de autocrítica para entender como alguns deles atuam, no intuito de conquistar objetivos e ocupar espaço para ataques a direitos fundamentais. Quando falo em falta autocrítica, é de se perguntar "governou para quem?".

Se morar é um privilégio, ocupar é um direito?

Num país como o Brasil, morar é um privilégio. O artigo 6º da Constituição Federal, que é o direito fundamental à moradia, não é cumprido. Da mesma forma, o artigo 7º, que trata do Salário Mínimo e diz que o valor deve ser o suficiente, inclusive para moradia, não é cumprido.

Há milhões de pessoas que não têm acesso à moradia digna. Não falo sobre as pessoas sem teto ou em situação de rua, mas moradias que não são qualificadas. Essas pessoas também têm que entrar nesse cálculo. Elas sobrevivem, submoram. Numa situação em que o Estado, que tinha que garantir políticas de moradia decentes, não faz isso, não efetiva o direito à moradia. Então, ocupar propriedades que não estão cumprindo função social, como também prevê a Constituição, é um direito.

O cidadão é bem treinado para defender a propriedade alheia, no intuito de que ele próprio será um proprietário no futuro, que a gente esquece de ser solidário, de se reconhecer no outro e perceber que a coisa é aqui e agora e não no futuro, ao querer fazer parte de um grupo social. Boa parte da riqueza é passada de pai pra filho, nem toda riqueza acumulada

vem de sangue e suor, muitas vezes veio de exploração. As pessoas não percebem isso e se tornam guerreiros do capital alheio, defendendo a propriedade de terceiros. É engraçado: já vi pessoas que ficam mais revoltadas com ocupações de

terra do que o próprio dono do terreno. Por quê? Devem pensar "me estrepei a vida inteira para morar, para comprar uma casa e essas pessoas querem casa de graça? Não; vão ter que sofrer como eu". Nosso Brasil cristão tem que passar pelo sofrimento para chegar ao Paraíso. Acha que o sofrimento é parte do acordo.



No Brasil, morar é privilégio e não um direito fundamental.



Para muitos leitores, não faz diferença se a informação é verdadeira ou falsa.